

**NU FINANCEIRA S.A. – Sociedade de
Crédito, Financiamento e Investimento**

Demonstrações contábeis em 30 de junho de 2025

Índice

Relatório da administração	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	6
Balanço patrimonial	9
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração do fluxo de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis	16

Diretoria

Diretora Presidente

Livia Martines Chanes

Diretores

Arthur Ferreira Valadão

Bruno Dilda

Caio Cezar Banti

Carlos Cornet Scharfstein

Fabricio Souza de Lima

Guilherme Marques do Lago

Guilherme Torrens Wunsch

Henrique Camossa Saldanha Fragelli

Jeremy Taylor Selesner

Juliana Augusto Aparecida Roschel da Silva

Rodrigo Santos Silva

Tulio Maia Gonzaga de Oliveira

Valesca Cidronio Gomes

Vitor Guarino Olivier

Contadora

Valesca Cidronio Gomes

CRC - 1SP-309969/O-6

Relatório da administração

(Em milhares de reais)

A Nu Financeira S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia" ou "Nu Financeira") apresenta as suas Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

A Companhia é parte do Grupo Nu ("Grupo" ou "Nu"), o qual possui como controladora final a entidade Nu Holdings Ltd. ("Nu Holdings").

Perfil Corporativo

A Nu Financeira foi constituída e autorizada a funcionar pelo BACEN na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 2018.

A Companhia possui como principais produtos:

- **Depósitos:** Recibo de Depósito Bancário (RDB) e Certificados de Depósitos Bancários (CDB), modalidades de depósitos ofertadas aos clientes, através da Conta do Nubank, com rendimentos vinculados à taxa de certificado de depósito interbancário (CDI).
- **Cartão de Crédito:** Cartão de crédito internacional da bandeira Mastercard, controlado por um aplicativo para smartphone também com função débito.
- **Empréstimos para pessoas físicas e pessoas jurídicas:** Empréstimos totalmente customizáveis em termos de valores e prazos, de forma 100% digital através do aplicativo Nu. As informações dos contratos são apresentadas de forma clara e transparente com a divulgação dos juros e encargos envolvidos na contratação; além disso, os recursos das operações são disponibilizados 24 horas por dia através da Conta do Nubank.
- **Empréstimos pessoais com garantias:** Opções de empréstimos pessoais com garantia e com taxas menores. Os clientes podem utilizar saldo disponível em RDB, antecipação das parcelas e saque aniversário do FGTS ou vincular determinados títulos e valores mobiliários custodiados em suas contas na Nu Investimentos S.A. - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Nu Investimentos" - anteriormente denominada "Nu Invest Corretora de Valores S.A.").
- **NuConsignado:** Empréstimos consignados para servidores públicos federais, para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e clientes do Nubank que trabalham ativamente sob o regime CLT – ou seja, pessoas do setor privado que têm carteira assinada.

Destaques financeiros

O lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$5.5 bilhões. Abaixo seguem alguns destaques:

a. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de empréstimo e de cartão de crédito em 30 de junho de 2025, somaram o montante de R\$87.7 bilhões. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou, em 30 de junho de 2025, um saldo de R\$30.7 bilhões.

b. Depósitos

A Companhia apresentou, durante o semestre, um aumento nas suas operações de captação principalmente em decorrência de depósitos de seus clientes. Em 30 de junho de 2025, a Nu Financeira possuía o saldo total de R\$144.3 bilhões captados através de RDB e CDB.

c. Capital social e política de destinação de lucros

A companhia encerrou o semestre findo 30 de junho de 2025 com um capital social de R\$5.3 bilhões.

Em relação à destinação do lucro líquido, o estatuto social da Companhia estabelece que, ao término do exercício social, deverá ser destinado pela assembleia geral pelo menos 1% do lucro líquido ajustado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, após a Companhia designar 5% para reserva legal, até que atinja 20% do capital social.

Comentários adicionais

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente no relatório *Form 20-F* da controladora indireta Nu Holdings Ltd.

A Resolução CMN nº 4.966, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabeleceu novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros. Os principais aspectos da nova norma estão relacionados à mensuração e classificação dos instrumentos financeiros e modelo de provisão de perda para risco de crédito, além de divulgações adicionais em função destas mudanças.

Quaisquer ajustes nas quantias escrituradas de ativos e passivos financeiros à data de transição foram reconhecidos nos lucros acumulados em 1º de janeiro.

São Paulo, 14 de agosto de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis

**Aos Conselheiros e Administradores da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia" ou "Nu Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia" ou "Nu Financeira"), em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para

as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

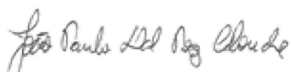
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de agosto de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.739.469
Disponibilidades		179.757
Investimentos de curto prazo		1.003
Depósitos no Banco Central do Brasil		26.558.709
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		686.411
Títulos e valores mobiliários	6	183.668
Instrumentos financeiros derivativos	7	502.743
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		46.360.855
Títulos e valores mobiliários	6	46.360.855
Ativos financeiros ao custo amortizado		101.934.146
Títulos e valores mobiliários	6	6.062.975
Operações de crédito	8	87.658.213
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	9	24.817.555
Relações interfinanceiras	10	14.132.694
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6, 8 e 10	(30.737.291)
Outros ativos	11	439.761
Ativos fiscais		10.937.837
Correntes		3.476.514
Diferidos	29	7.461.323
Investimentos em participações em controladas	12	4.594.957
Imobilizado		41.028
Intangível		254.892
Depreciações e amortizações		(62.048)
Total do Ativo		191.927.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço patrimonial
Em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025
Passivo		
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		559.752
Instrumentos financeiros derivativos	7	559.752
Passivos financeiros ao custo amortizado		173.560.471
Obrigações por operações compromissadas	13	8.787.140
Depósitos	14	144.319.559
Empréstimos e financiamentos	15	14.581.675
Dívidas subordinadas	16	5.872.097
Passivos fiscais correntes		4.775.787
Provisões	17	12.752
Outros passivos	18	984.485
Total do Passivo		179.893.247
Patrimônio líquido	20	12.034.061
Capital social		5.303.748
Reservas de capital		195.098
Reservas de lucros		2.919.547
Outros resultados abrangentes		29.038
Lucros acumulados		3.586.630
Total do Passivo e Patrimônio líquido		191.927.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira	21	30.220.364
Receita de operações de crédito		24.467.482
Resultado de títulos e valores mobiliários		2.969.947
Resultado de depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil		2.782.935
Despesas da intermediação financeira	22	(9.474.596)
Despesa de juros e similares		(8.940.645)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(533.951)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas esperadas		20.745.768
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	23	(8.459.601)
Resultado de intermediação financeira		12.286.167
Outras receitas/despesas operacionais		(3.661.041)
Despesas de pessoal	24	(854.475)
Despesas tributárias	25	(1.069.342)
Despesas gerais e administrativas	26	(1.515.170)
Provisão cível e trabalhista	17	(2.128)
Resultado de participações em controladas	12	58.156
Outras receitas operacionais	27	317.814
Outras despesas operacionais	28	(595.896)
Resultado antes dos tributos		8.625.126
Tributos sobre o lucro	29	(3.120.548)
Imposto de renda e contribuição social		(3.120.548)
Resultado líquido		5.504.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2025</u>
Resultado líquido		<u>5.504.578</u>
Outros resultados abrangentes		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		10.119
Mudanças no valor justo		17.104
Impostos diferidos	29	(6.985)
Outros resultados abrangentes - reflexo de controlada		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	1.175
Mudanças no valor justo		1.560
Impostos diferidos		(385)
Total de outros resultados abrangentes que serão ou poderão ser reclassificados posteriormente no resultado		11.294
Total de resultados abrangentes do semestre, líquido de imposto		<u>5.515.872</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2024		5.303.748	145.179	7.119.547	17.744	-	12.586.218
Efeitos de adoção inicial da Resolução CMN n° 4.966/21	2	-	-	-	-	(1.917.948)	(1.917.948)
Saldo em 01/01/2025		5.303.748	145.179	7.119.547	17.744	(1.917.948)	10.668.270
Pagamento baseados em ações, líquido de ações retidas para impostos de funcionários	20	-	44.806	-	-	-	44.806
Outorgas de plano de ações - reflexo de controlada		-	5.113	-	-	-	5.113
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos e valores mobiliários		-	-	-	10.119	-	10.119
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos e valores mobiliários - reflexo de controlada	12	-	-	-	1.175	-	1.175
Resultado líquido		-	-	-	-	5.504.578	5.504.578
Dividendos	20	-	-	(4.200.000)	-	-	(4.200.000)
Saldo em 30/06/2025		5.303.748	195.098	2.919.547	29.038	3.586.630	12.034.061
Mutações no período		-	49.919	(4.200.000)	11.294	5.504.578	1.365.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do fluxo de caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido		5.504.578
Ajustes ao resultado líquido:		
Depreciação/amortização	26	16.024
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	23	10.301.739
Provisão de obrigações trabalhistas		216.397
Provisão de fornecedores diversos		23.500
Impostos diferidos	29	681.812
Resultado de participação em controladas	12	(58.156)
Amortização de ágio na aquisição de investimentos	28	37.848
Provisão fiscal, cível e trabalhista	18	2.128
Variação de valor justo de títulos e valores mobiliários		(50.244)
Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos		71.243
Despesa de juros com títulos emitidos		119.748
Variação cambial de obrigações por empréstimos	21	(496.833)
Juros de obrigações compromissadas		8.693
Juros de obrigações por empréstimos		675.174
Plano de ações		46.424
Resultado ajustado		17.100.075
Aumento/redução líquido de ativos e passivos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários		1.181.994
Operações de crédito		(42.100.122)
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		(1.674.295)
Outros ativos financeiros		622.860
Juros recebidos sobre operações de crédito		20.234.744
Outros ativos		(406.483)
Ativos fiscais correntes		(1.503.999)
Depósitos		8.208.110
Outros passivos		(442.130)
Passivo fiscal corrente		3.673.277
Pagamento de juros sobre empréstimos		(163.694)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(7.446.015)
Pagamento de juros sobre obrigações por operações compromissadas		(258.638)
Obrigações por operações compromissadas		5.932.030
Fluxo de caixa gerado das atividades operacionais		2.957.714
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de intangível		(63.982)

Aquisição de imobilizado		(216)
Fluxo de aplicado nas atividades de investimento		(64.198)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de dívidas emitidas		1.500.000
Aumento de obrigações por empréstimos		3.520.321
Pagamento de dividendos	20	(4.200.000)
Fluxo de caixa gerado das atividades de financiamento		820.321
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	23.025.632
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	5	26.739.469
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.713.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Financeira S.A. - SCFI ("Companhia" ou "Nu Financeira") é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 120 – São Paulo – Brasil.

A Nu Financeira tem por objetivo a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento permitidas de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia ou acionista.

A Companhia foi constituída em fevereiro de 2018, iniciando suas atividades pré-operacionais em junho de 2018 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") na forma de Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em novembro de 2018, de acordo com a publicação no Diário Oficial. A Nu Financeira é uma Companhia controlada pela Nu Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento e foi constituída com objetivo de oferecer novos produtos para os clientes da marca Nu.

A Companhia é parte do Grupo Nu ("Grupo"), a qual possui como controladora direta a Companhia Nu Pagamentos S.A. e controladora final a entidade Nu Holdings.

A Companhia opera de forma integrada a um conjunto de empresas no Brasil, utilizando a mesma estrutura administrativa, tecnológica e financeira e segue políticas de gestão de risco corporativo. Portanto, suas Demonstrações Contábeis devem ser consideradas nesse contexto.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, usando a convenção de custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na condução dos negócios da Companhia.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 14 de agosto de 2025.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; estimativa do valor justo dos benefícios dos planos de ações; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; realização do crédito tributário; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a custo amortizado e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Adoção de novas normas

A Resolução CMN nº 4.966 ("Res. 4.966"), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e normas vinculadas estabeleceram novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros.

As normas determinam os parâmetros para: Classificação, mensuração, divulgação, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, designação e reconhecimento contábil de relações de proteção e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros. Adicionalmente, trazem o detalhamento sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas, a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A Res. 4.966, no Art. 79, dispensa a apresentação de informações comparativas nas demonstrações contábeis referentes ao ano de 2025, em relação a períodos anteriores. Como resultado, estas demonstrações contábeis não apresentam comparações com anos anteriores.

A Companhia concluiu que a transição para a Res. 4.966 resultou em um ajuste no patrimônio de R\$1.917.948, líquido dos efeitos tributários.

Aspectos fiscais

Com o objetivo de equalizar os aspectos fiscais vinculados à aplicação dos critérios contábeis definidos na Res. 4.966, foi publicada em Novembro de 2022 a Lei nº 14.467/2022 ("Lei nº 14.467") que estabeleceu um novo tratamento tributário para dedução das perdas no recebimento de créditos incorridas pelas Instituições Financeiras e demais entidades autorizadas pelo BACEN na base do Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a partir de 1º de janeiro de 2025.

De acordo com os novos critérios definidos pela referida Lei, a dedução fiscal das operações inadimplidas deve seguir percentuais definidos com base no tempo de inadimplência e tipo de operação de crédito.

A realização do ativo fiscal diferido calculado sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi impactada pelo advento do art. 6º da Lei 14.467, a qual determinou que os créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidos até essa data, serão deduzidos a partir de janeiro de 2026 dentro do prazo de 7 anos.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período apresentado nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (i) depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira, (ii) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto e (iii) outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias a contar da data de aquisição, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

b. Instrumentos financeiros

● **Ativos financeiros**

O critério de classificação dos Ativos Financeiros depende tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como das características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se estes atendem ao critério de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ"). Com base no supracitado, os instrumentos financeiros são classificados como i) custo amortizado, ii) valor justo através do resultado ou iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(i) Custo Amortizado: Os ativos financeiros mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, os quais representam pagamentos de principal e juros e que não são designados a valor justo por meio do resultado, mas sim mensurados a custo amortizado. O valor contábil desses ativos é ajustado por qualquer perda de crédito esperada reconhecida e mensurada.

(ii) Ativos financeiros que não atendem aos critérios para custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes serão mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ganho ou perda em um instrumento de dívida que subsequentemente é mensurado a valor justo através do resultado, incluindo quaisquer instrumentos de dívida designados a valor justo, será reconhecido no lucro ou prejuízo e apresentado na demonstração de resultado no período em que ocorreu.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros que são mantidos tanto para a coleta de fluxos de caixa contratuais, onde esses fluxos de caixa representam pagamentos de principal e juros, quanto para a venda, dependendo dos melhores interesses da Companhia, e que não são designados a valor justo por meio do resultado, são mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor contábil desses ativos será ajustado por qualquer perda de crédito esperada reconhecida e mensurada.

● **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são incluídos para fins de mensuração em uma das categorias a seguir:

(i) Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros serão incluídos nesta categoria quando fornecerem informações mais relevantes, seja porque eliminam ou reduzem significativamente inconsistências de reconhecimento ou mensuração (desajustes contábeis) que ocorreriam de outra forma ao medir ativos ou passivos ou ao reconhecer os ganhos ou perdas sobre eles em bases diferentes, ou porque um grupo de passivos financeiros ou ativos financeiros e passivos é gerenciado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de

gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o grupo são fornecidas nessa base para administração do Grupo. Os passivos poderão ser incluídos nesta categoria somente na data em que são incorridos ou originados. Esta classificação será aplicada a derivativos e outros passivos financeiros designados como tal no reconhecimento inicial.

(ii) Passivos financeiros ao custo amortizado: Passivos financeiros, independentemente da sua forma e prazo de vencimento, não incluídos na categoria mencionada acima, que resultam das atividades ordinárias de captação realizadas por instituições financeiras.

- **Taxa de juros efetiva**

A Companhia reconhece as receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, ou seja, (i) é utilizada a taxa de juros contratual para o reconhecimento pro rata temporis das receitas do contrato e (ii) os custos de transação são reconhecidos no resultado do período quando incorrerem.

- **Ativos problemáticos**

Os principais componentes da definição de ativo problemático podem ser definidos a partir de critérios quantitativos e qualitativos. O critério quantitativo de ativo problemático baseia-se na inadimplência do instrumento financeiro, ou seja, atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos. As informações qualitativas são utilizadas para determinar a condição do ativo problemático ou da inadimplência. Os critérios adotados pela instituição englobam indicativos de que a obrigação não será integralmente honrada nos termos pactuados sem que haja recurso a garantias ou colaterais.

A receita do ativo que for caracterizado como ativo problemático, ainda não recebida, não será reconhecida no resultado do período. O reconhecimento ocorre apenas quando do seu recebimento ou quando o instrumento deixar de ser caracterizado como ativo problemático.

- **Baixas de ativos financeiros com característica de crédito ou concessão de crédito**

Os ativos financeiros são baixados caso a probabilidade que se recupere o seu valor seja remota, isto é, a Administração não tem a expectativa de recuperar o ativo financeiro. A Companhia realiza avaliações com base em dados históricos observados para a definição do ponto onde a probabilidade de recuperação seja considerada remota. Nesse contexto, a companhia estabelece, de acordo com os critérios de avaliação dos créditos deteriorados, que os ativos financeiros devam ser baixados quando existir algum indicativo de que a obrigação não será honrada.

- **Modificações de ativos financeiros**

As reestruturações são definidas como renegociações que impliquem em concessões significativas de vantagens à contraparte em razão da sua deterioração. As concessões levadas em consideração são as iniciativas de cobrança envolvidas na facilitação da reorganização da vida financeira do cliente, como descontos concedidos, alongamento do prazo, mudança de taxa e outros benefícios que podem ser oferecidos visando a recuperação do crédito. Portanto, para operações reestruturadas, é realizada a baixa do ativo original em conjunto com o reconhecimento do novo instrumento reestruturado, considerando como novo valor contábil o valor presente dos fluxos de caixa repactuados, descontados pela nova taxa de juros efetiva.

A renegociação é definida como um acordo que implique em alteração das condições originalmente pactuadas do ativo financeiro, ou a substituição da operação de crédito original por outra, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral do respectivo ativo original.

- **Provisão para Perdas de Crédito de Ativos Financeiros**

A Companhia calcula a perda esperada de crédito ("ECL") através da metodologia de probabilidade do ativo se tornar problemático ("PD") e perda dado o evento de ativo problemático ("LGD"). Em adição ao cálculo da ECL a partir da metodologia descrita, a Companhia também observa as diretrizes estabelecidas pelas Res. 4.966 e BCB 352 para o provisionamento através dos pisos mínimos de perda incorrida requeridos, bem como regras adicionais de provisionamento de instrumentos previamente baixados que foram reestruturados e instrumentos cuja contraparte é Pessoa Jurídica com processo falimentar concluído.

O Grupo calcula diferentes provisões para os instrumentos financeiros classificados em:

- **Estágio 1:** Ativos que não sofreram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. As perdas de crédito esperadas são mensuradas para a probabilidade de ocorrência de ativo problemático nos próximos 12 meses;
- **Estágio 2:** Ativos que sofreram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, composto de operações com atraso superior a 30 dias e inferior a 90 dias ou que observaram aumento significativo do nível de risco. As perdas de crédito esperadas ao longo do prazo esperado do instrumento são reconhecidas; e
- **Estágio 3:** Ativo com problema de recuperação de crédito. As perdas de crédito esperadas ao longo do prazo esperado do instrumento são reconhecidas. Quando um instrumento financeiro é classificado no estágio 3, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte devem ser realocados para o mesmo estágio, salvo condições em que sua finalidade

apresente risco significativamente inferior. As operações previamente classificadas no terceiro estágio somente poderão ser reclassificadas nos estágios anteriores mediante melhora na capacidade de pagamento da contraparte, observada pela inexistência de parcelas vencidas e manutenção de pagamentos por período suficiente que evidencie a redução do nível de risco.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, a menos que sejam designados para relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicialmente, na data em que um contrato é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de *valuation*, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivos quando seu valor justo é negativo. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são avaliados a valor justo por meio de resultado ou designados como instrumentos de hedge.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

Nível 1: A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos.

Nível 3: A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

e. Outros ativos

A rubrica é composta substancialmente por valores pendentes de liquidação, relacionados a liquidação futura de serviços ou produtos entre a Companhia e suas contrapartes, que podem ser terceiros ou partes relacionadas.

f. Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos da Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

A vida útil dos itens do imobilizado e intangível é a seguinte:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Intangível	5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

Gastos diretamente atribuíveis relacionados a ativos intangíveis gerados internamente, principalmente sistemas de software, são capitalizados a partir da data em que a entidade é capaz de demonstrar, entre outras, sua viabilidade técnica, intenção de conclusão, capacidade de uso e pode demonstrar prováveis benefícios econômicos futuros.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada balanço, ou mais frequentemente quando ditam os eventos ou mudanças nas circunstâncias, os ativos intangíveis são avaliados quando há indicativos de redução do valor recuperável. Se houver indicativos, esses ativos estão sujeitos a uma revisão do valor recuperável.

A revisão do valor recuperável compreende uma comparação do valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável: o maior entre o valor justo do ativo ou da unidade geradora de caixa menos custos de venda e seu valor em uso. A unidade geradora de caixa representa o nível mais baixo no qual os ativos não financeiros, incluindo o ágio, se existentes, são monitorados para fins de gerenciamento interno e não são maiores que um segmento operacional.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado

na data da mensuração. O valor em uso é calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados pela administração, obtidos como resultado do uso continuado do ativo, incluindo aqueles resultantes de sua alienação final, a uma taxa de desconto baseada no mercado e antes dos impostos.

Os valores contábeis dos ativos intangíveis devem ser ajustados pelo valor de qualquer redução ao valor recuperável e a perda é reconhecida na demonstração do resultado no período em que ocorreu.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações contábeis.

h. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos são desdobrados em valor do patrimônio líquido na época da aquisição e ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações. O ágio ou deságio é identificado em função do seu fundamento econômico, como (i) diferença entre o valor de mercado dos ativos adquiridos e o valor contábil, (ii) valor de rentabilidade, com base em previsão dos resultados futuros; e (iii) fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas.

O ágio ou deságio, com fundamento na diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos adquiridos deve ser amortizado no exercício social em que os bens que o justificaram forem baixados por alienação ou perecimento, ou nos exercícios sociais em que seu valor for realizado por depreciação, amortização ou exaustão; e ágios com base na expectativa de rentabilidade futura são amortizados em consonância com os prazos de projeções que o justificam ou por sua alienação ou perda. Os investimentos, inclusive os ágios, são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável.

i. Ativos e passivos contingentes e provisões

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração da Companhia acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de

liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações contábeis, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

j. Pagamentos baseado em ações

O Grupo mantém um plano de incentivos de longo prazo, estruturado por meio de outorga de Opções de Compra de Ações ("SOPs") e *Restricted Stock Units* ("RSUs") e outras transações ("*contingent shares awards*") com pagamento baseado em ações vinculadas às condições de mercado. O objetivo é proporcionar aos colaboradores do Grupo a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, criando um maior alinhamento dos interesses dos colaboradores chave com os dos acionistas e permitindo ao Grupo atrair e reter colaboradores chave. Esses pagamentos com base em ações são classificados como transações de pagamento com base em ações liquidadas com ações.

O valor justo dos RSUs concedidos é determinado com base no preço da ação negociada.

Os requisitos de aquisição de direitos estão basicamente relacionados à passagem do tempo e às condições de mercado das outras transações. O Grupo reconhece as despesas de forma acelerada ("*graded*") considerando as diversas tranches individuais de aquisição das RSUs.

O Grupo revisa sua estimativa do número de ("SOP") e RSUs que serão adquiridos com base na experiência histórica pelo menos uma vez por ano. O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado e na reserva de capital no patrimônio líquido. O período de aquisição esperado das outras transações não é revisado subsequentemente e as despesas são registradas independentemente de essa condição de mercado ser satisfeita.

k. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As principais receitas e despesas da Companhia estão assim representadas na demonstração do resultado:

- Receita de operação de crédito: Registrar as rendas de operação de créditos, que constituam receita efetiva da Companhia, no período.
- Resultado de títulos e valores mobiliários: Registrar as rendas de operação e as variações de mercado, positivas ou negativas, de títulos e valores mobiliários, que constituem o resultado efetivo da instituição, no período.
- Despesa de juros e similares: Registrar as despesas com captação da Companhia no período, composta principalmente pela remuneração dos depósitos da Conta do Nubank e por despesas de juros com títulos emitidos pela Companhia.
- Despesas Gerais e Administrativas: Refere-se, principalmente aos custos com infraestrutura e processamento de dados, além de serviços especializados que abrange a contratação de serviços de terceiros que demandam uma especialização técnica ou profissional, tais como consultorias, assessorias jurídicas e outros serviços especializados conforme as necessário. Também estão incluídas as despesas relacionadas aos serviços do sistema financeiro, relacionados aos custos associados à rede de cartões de crédito e débito, bem como as despesas com programas de recompensa, que suportam o resgate de pontos pelos clientes.

l. Imposto de renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes originam-se dos tributos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados no final de cada exercício sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos tributários”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração.

A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre lucro tributável excedente de R\$240 (duzentos e quarenta mil reais). Adicionalmente, a Contribuição Social é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável.

A Medida Provisória nº 1.303/25 (MP), que alterou a Lei nº 7.689/88, dispõe sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a partir de 1º de outubro de 2025 para Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos e Pessoas Jurídicas de Capitalização de 15% para 20%. Essa MP não resultou em efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025, pois ainda será avaliada pelo Congresso Nacional.

m. Resultado não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 33.

4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer julgamentos, estimativas e premissas da administração que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, conforme mencionado na nota 2. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas; e as estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Grupo reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito em recebíveis de cartão de crédito e empréstimos a clientes que representa a melhor estimativa da administração da provisão em cada data de apresentação, em atendimento às regulações que regem o cálculo de provisão de perdas esperadas vigentes.

A administração realiza análises nos portfólios de cartões de crédito e empréstimos para determinar se as perdas de crédito ocorreram, a fim de avaliar a adequação das estimativas de perdas esperadas que são alocadas a título de provisão com base nas tendências históricas.

Principais áreas de julgamento

Os itens de julgamento feitos pela administração na aplicação da metodologia de provisão para perdas esperadas de crédito são:

- a) A determinação dos pesos de probabilidade a serem dados nos diferentes cenários macroeconômicos e os seus respectivos impactos;
- b) Definição de aumento significativo no risco de crédito para migração de estágios e de prazo esperado dos instrumentos; e
- c) Período de treino usado no desenvolvimento dos modelos para estimação dos parâmetros que compõem o cálculo das perdas esperadas de crédito.

Análise de sensibilidade

A provisão para perdas esperadas de crédito é sensível à metodologia, premissas e estimativas subjacentes ao seu cálculo. Uma das premissas refere-se às ponderações da probabilidade dos cenários macroeconômicos entre otimista, base e pessimista, uma vez que o valor contábil da provisão para perdas de crédito é determinado com base na média ponderada desses cenários. Essas ponderações refletem a percepção da administração em torno das expectativas atuais e futuras do ambiente macroeconômico em cada uma das geografias em que o Grupo atua. A tabela a seguir ilustra a provisão para perda esperada de crédito baseada na média ponderada desses cenários macroeconômicos e a provisão para perda esperada de crédito que teria surgido se a administração tivesse aplicado uma ponderação para cada cenário macroeconômico.

	Média Ponderada	Otimista	Moderado	Pessimista
Perdas de crédito esperadas com cartões de crédito e empréstimos	(30.721.518)	(28.409.206)	(30.288.718)	(33.392.472)

b. Análise de *impairment* do ágio

A administração avalia semestralmente os indicativos de teste de *impairment* do ágio. Em 30 de junho de 2025, não identificou alterações nas principais premissas utilizadas, que gerassem a realização de *impairment*.

c. Pagamento baseado em ações

O Grupo mensura os custos das transações com colaboradores elegíveis a pagamentos baseados em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo dos instrumentos outorgados após o IPO é baseado no valor de negociação das ações na bolsa de valores.

d. Provisão legais para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

O Grupo e suas subsidiárias são parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os casos que representem perdas com uma provável saída de recursos para a liquidação. A avaliação da probabilidade de perda considera as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões anteriores de tribunais e seu significado jurídico, bem como a opinião dos assessores jurídicos.

Principais julgamentos

A provisão representa principalmente a melhor estimativa da administração da responsabilidade futura do Grupo em relação a reclamações cíveis e trabalhistas.

Para contingências com possibilidade de perda provável, as estimativas são baseadas na avaliação estatística das informações relacionadas a ações judiciais movidas contra a Companhia, considerando os custos médios históricos.

O valor que é reconhecido como uma provisão também pode ser suscetível às premissas assumidas no cálculo. Isso dá origem a uma ampla gama de resultados potenciais que requerem julgamento na determinação de um nível de provisão apropriado. O Grupo acredita que os seus métodos de avaliação dos passivos contingentes são adequados e consistentes ao longo dos períodos. A administração acredita que, devido à quantidade atual de perdas e ao valor total envolvido, caso utilizasse premissas diferentes das atualmente utilizadas, não ocorreria impacto material na provisão.

Para ações cíveis massificadas o risco será classificado como provisão pela média. O valor esperado para estes casos é determinado utilizando a média global dos últimos 12 meses e de acordo com o tipo de pedido relacionado na ação.

e. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado pelo Grupo por meio de técnicas de avaliação baseadas em premissas que consideram informações e condições de mercado.

Principais julgamentos

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou parâmetros de mercado observáveis. Quando os preços cotados e os dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, o julgamento da administração é necessário para estimar o valor justo.

Mudanças nas condições de mercado, como redução da liquidez nos mercados de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a

disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dados observáveis usados para determinar o valor justo. O julgamento significativo da administração pode ser requerido para determinar se certos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. Para essa determinação, o Grupo considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado utilizam para mensurar o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados de mercado observáveis, indicadores de liquidez e nível de atividade do mercado, e a compreensão das técnicas de avaliação e dados significativos usados.

Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, os julgamentos são feitos em relação à importância das entradas do Nível 3 para a medição do valor justo dos instrumentos em sua totalidade. Se os dados do Nível 3 forem considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo de determinação do valor justo por meio dos dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

Mais informações sobre os *inputs* relevantes não observáveis e outras informações estão divulgadas na nota 30.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025
Disponibilidades	179.757
Investimentos de curto prazo (i)	1.003
Depósitos no Banco Central do Brasil	26.558.709
Total	26.739.469

(i) Corresponde a cotas de fundos de investimento em títulos de renda fixa e depósitos a prazo.

A rubrica inclui ativos com liquidez diária, com vencimento igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Os depósitos voluntários no Banco Central do Brasil são realizados com base na Resolução nº 129 de 19 de agosto de 2021 e são considerados como caixa e equivalentes de caixa por terem prazo de um dia útil. A remuneração destes depósitos é definida pelo BACEN, expressa de forma anual considerando-se 252 dias úteis, e divulgada diariamente. O rendimento em 30 de junho de 2025 foi de 100% da taxa referencial de juros ("DI").

6. Títulos e valores mobiliários

	30/06/2025
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	183.668
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	46.360.855
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	6.062.975
Total bruto de títulos e valores mobiliários	52.607.498
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(6.450)
Total líquido de títulos e valores mobiliários	52.601.048

Circulante 6.597.497

Não circulante 46.010.001

No semestre findo em 30 de junho de 2025, o saldo líquido de Títulos e Valores Mobiliários está classificado somente no estágio 1 e não houve migração entre estágios no período.

As provisões para perda de crédito esperada dos Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado estão classificadas no estágio 1 e possuem saldo de R\$6.450.

a. Títulos a valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado

	30/06/2025				
	Custo atualizado	Valor justo	Sem vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias
Títulos privados	183.668	183.668	183.668	-	-
Cotas de fundos de investimento	183.668	183.668	183.668	-	-
Total	183.668	183.668	183.668	-	-

b. Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de resultados abrangentes

	30/06/2025				
	Custo atualizado	Valor justo	Sem vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias
Títulos públicos	43.124.374	43.218.485	-	534.522	42.683.963
Letras Financeiras do Tesouro	43.124.374	43.218.485	-	534.522	42.683.963
Títulos privados	3.214.032	3.142.370	-	-	3.142.370
Cotas de fundos de investimento	1.265.616	1.256.349	-	-	1.256.349
Debêntures	1.746.485	1.683.584	-	-	1.683.584
Certificado de recebíveis imobiliários	47.874	48.378	-	-	48.378
Notas comerciais	154.057	154.059	-	-	154.059
Total	46.338.406	46.360.855	-	534.522	45.826.333

No período foram reconhecidos no resultado R\$ 6.604 referentes a baixa de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

c) Instrumentos financeiros - custo amortizado

	30/06/2025		
	<u>Custo atualizado</u>	<u>Abaixo de 365 dias</u>	<u>Acima de 365 dias</u>
Títulos públicos - Exterior (i)	6.062.975	6.062.975	-
Total	6.062.975	6.062.975	-

7. Instrumentos financeiros derivativos

a. Instrumentos financeiros derivativos a valor justo por meio do resultado

	30/06/2025	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Contratos de futuros	88	57.702
Contratos a termo	502.050	502.050
Swap	605	-
Total	502.743	559.752

A Companhia está autorizada a executar transações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às suas próprias necessidades, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é realizada através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias operacionais.

b. Valores de referência por fator de risco e prazo de vencimento

	30/06/2025			
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Contratos de futuros				
Compromissos de compra	5.063.993	-	-	5.063.993
Moeda estrangeira	5.063.993			5.063.993
Compromissos de venda	70.784	-	-	70.784
Taxa de juros	70.784			70.784
Contratos de swaps	-	-	18.400	18.400
Taxa de juros			18.400	18.400
Contratos a termo (Deliverable Forwards)	502.050	-	-	502.050
Título público	502.050			502.050
Total	5.636.827	-	18.400	5.655.227

Os contratos de futuros são negociados na Bolsa de Valores, tendo como contraparte a própria B3.

Em 30 de junho de 2025 o valor total das margens dadas em garantia pela Companhia em operações em bolsa era de R\$791.198 e são compostas em sua totalidade por títulos públicos.

Os contratos de swap possuem liquidação diária e são negociados com instituições financeiras como contraparte. O montante de diferencial a receber/(pagar) constante no balanço patrimonial de 30 de junho de 2025 refere-se à variação de mercado do último dia útil do mesmo mês.

8. Operações de crédito

a. Composição das operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2025	
	Carteira	Provisão
Recebíveis de cartão de crédito	34.901.157	(17.312.852)
Empréstimos	52.777.752	(13.408.664)
Total bruto das operações de crédito	87.678.909	(30.721.516)
Desconto em operações de aquisição de ativos financeiro (i)	(20.696)	-
Total das operações de crédito	87.658.213	(30.721.516)
Circulante	74.913.828	(28.444.409)
Não circulante	12.765.081	(2.277.107)

(i) Refere-se a diferença entre o valor contratual e o preço de aquisição de ativos financeiros, baixados integralmente pela instituição cedente, que é apropriado à rubrica "Reversão de provisão para perdas esperadas em operações de crédito adquiridas" no resultado, em função do prazo remanescente da operação.

Em 30 de junho de 2025, os saldos com pessoas jurídicas para cartões de crédito e empréstimos eram de R\$1.164.958 e R\$2.744.855, respectivamente, e para provisão para perdas de crédito eram de R\$570.443 e R\$948.219.

b. Provisão para perdas de crédito - por estágios

A provisão é estimada usando um modelo técnico, aplicado de forma consistente, e é sensível aos métodos, premissas e parâmetros de risco subjacentes ao seu cálculo.

O valor que a provisão para perdas de crédito representa em comparação com os recebíveis brutos do Grupo (índice de cobertura) também é monitorado, visando antecipar tendências que possam indicar aumento do risco de crédito. Essa métrica é considerada um indicador de risco importante e é monitorada de acordo com os múltiplos comitês, apoiando o processo de tomada de decisão e é discutida nos principais fóruns de crédito.

A explicação de cada estágio está prevista nas políticas contábeis da Companhia, conforme divulgado na nota 3.

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 30 de junho de 2025

	30/06/2025				
	Exposição bruta	%	Provisão para perdas de crédito	%	Índice de cobertura (%)
Estágio 1	52.136.927	59,5 %	(4.152.049)	13,5 %	8,0 %
Estágio 2	13.533.792	15,4 %	(6.256.752)	20,4 %	46,2 %
Estágio 3	22.008.190	25,1 %	(20.312.715)	66,1 %	92,3 %
Total	87.678.909	100,0 %	(30.721.516)	100,0 %	35,0 %

c. Valor contábil bruto - mudanças

As tabelas a seguir apresentam mudanças no valor contábil bruto das operações de crédito para demonstrar os efeitos das mudanças na provisão para perdas para a mesma carteira. "Aumento líquido do valor contábil bruto" inclui resgates, pagamentos e acréscimos de juros.

	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor contábil bruto em 1 de janeiro de 2025	41.927.506	10.499.358	13.308.064	65.734.928
Transferências do Estágio 1 para o Estágio 2	(3.869.220)	3.869.220	-	-
Transferências do Estágio 2 para o Estágio 1	2.703.549	(2.703.549)	-	-
Transferência para o Estágio 3	(2.618.506)	(4.785.037)	7.403.543	-
Transferências do Estágio 3	551.678	271.665	(823.343)	-
Aumento / (Redução)	13.441.920	6.382.135	2.121.086	21.945.141
Baixas	-	-	(1.160)	(1.160)
Valor contábil bruto em 30 de junho de 2025	52.136.927	13.533.792	22.008.190	87.678.909

d. Provisão para perdas de crédito - mudanças

	30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão para perdas de crédito em 1 de janeiro de 2025	3.437.133	4.860.360	11.900.562	20.198.055
Transferências do Estágio 1 para o Estágio 2 (i)	(440.126)	440.126	-	-
Transferências do Estágio 2 para o Estágio 1 (i)	811.310	(811.310)	-	-
Transferência para o Estágio 3 (i)	(377.487)	(3.062.731)	3.440.218	-
Transferências do Estágio 3 (i)	453.728	217.388	(671.116)	-
Constituição / (Reversão)	267.491	4.612.919	5.416.847	10.297.257
Provisão para perdas esperadas de crédito de carteira adquirida	-	-	227.364	227.364
Baixas	-	-	(1.160)	(1.160)
Provisão para perdas de crédito em 30 de junho de 2025	4.152.049	6.256.752	20.312.715	30.721.516

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 30 de junho de 2025

(i) Os valores indicados nas linhas de transferências, correspondem ao saldo de provisão no início do período. Variações no montante de provisão para perdas serão reconhecidas na linha de constituição/(reversão).

e. Operações reestruturadas e renegociadas

	30/06/2025
Renegociações (i)	18.741.795
Reestruturações como percentual do total das operações renegociadas	24 %
Baixas realizadas dentro do período	(28)
Ganhos e perdas líquidos no período	475.302

(i) Refere-se ao saldo contábil bruto de renegociações.

9. Depósitos compulsórios

	30/06/2025
Reservas compulsórias - Banco Central	24.817.555
Total	24.817.555
Circulante	24.817.555
Não circulante	-

Depósitos compulsórios são exigidos pelo BACEN com base no valor de RDB e CDB emitidos pela Companhia. Esses recursos são remunerados pela taxa SELIC (sistema especial de liquidação e custódia do BACEN).

10. Relações interfinanceiras

	30/06/2025
Valores a receber - Credenciadoras - Partes relacionadas (i)	9.011.342
Valores a receber - Credenciadoras	5.099.801
Outros	21.551
Total bruto	14.132.694
Provisão para perdas de crédito de outros recebíveis	(9.325)
Total líquido	14.123.369
Circulante	14.132.694
Não circulante	-

(i) Refere-se a aquisições de recebíveis de transação de pagamento de sua controladora, cedidos por instituições credenciadoras. Em 30 de junho de 2025, a linha era composta de R\$9.163.259 de principal, descontado por R\$151.917 de juros a apropriar. O resultado apurado nas negociações para o período findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$908.127, reconhecido na rubrica "Receitas de operações de crédito" da demonstração do resultado.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, o saldo líquido de outros ativos financeiros está classificado somente no estágio 1 e não houve migração entre estágios.

11. Outros ativos

	<u>30/06/2025</u>
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 19)	368.114
Despesas antecipadas	20.862
Depósitos judiciais (Nota 18)	2.218
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	22.472
Valores a receber - Partes relacionadas (Nota 19)	24.429
Diversos	1.666
Total	<u>439.761</u>
Circulante	437.543
Não circulante	2.218

(i) Refere-se a valores pendentes de liquidação de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos, entre a Companhia e sua controladora, decorrentes de operações com os clientes do Grupo. Os valores são acumulados em finais de semana e feriados, ou seja, só são liquidados em dias úteis.

12. Investimentos em participações em controladas

	Participação direta	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivos contingentes	Patrimônio líquido / Valor contábil do investimento	Resultado líquido do semestre	Resultado abrangente do semestre	Resultado abrangente total	Ágio	Total
Nu Investimentos	100%	1.606.188	3.137.428	281.053	23.345	1.828	4.506.077	58.156	1.175	59.331	88.880	4.594.957

(i) Nu Investimentos Corretora de Valores S.A., subsidiária direta da Companhia, com sede em São Paulo, Brasil. Possui como atividade principal operar como corretora de títulos e valores mobiliários.

13. Obrigações por operações compromissadas

	30/06/2025
Recompras a liquidar - Carteira própria	
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	4.778.926
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT - Partes relacionadas (Nota 19)	3.005.301
Recebíveis	1.002.913
Total	8.787.140
Circulante	8.787.140
Não circulante	-

14. Depósitos

	30/06/2025
Recibo de Depósito Bancário (RDB) (i)	141.623.133
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.696.426
Total	144.319.559
Circulante	143.064.130
Não circulante	1.255.429

(i) Os depósitos são uma opção de investimento dentro da "Conta do Nubank" e podem ter liquidez diária ou vencimento futuro definido.

15. Dívidas subordinadas

	30/06/2025
Instrumentos de dívida elegíveis a capital emitidos	
Letras financeiras subordinadas - Partes relacionadas (nota 19)	5.872.097
Total	5.872.097
Circulante	-
Não circulante	5.872.097

(i) Instrumentos elegíveis a capital emitidos pela Companhia que possuem opção de recompra a partir de 2027, e contém cláusula de subordinação para compor o Nível I do Patrimônio de Referência.

16. Empréstimos e financiamentos

	30/06/2025
No exterior	2.965.348
No exterior - Partes relacionadas (Nota 19)	2.221.426
Letras financeiras	9.394.901
Total	14.581.675
Circulante	6.775.185
Não circulante	7.806.490

As obrigações por empréstimos no exterior, foram realizadas em condições usuais de mercado, na moeda dólar.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, a Companhia emitiu letras financeiras com vencimentos entre julho de 2025 e junho de 2028.

17. Provisões

	<u>30/06/2025</u>
Cível	12.714
Trabalhista	38
Total	<u>12.752</u>

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e trabalhistas. Esses assuntos são discutidos nas esferas administrativa e judicial, os quais, quando aplicável, são suportados por depósitos judiciais.

As provisões para perdas prováveis decorrentes desses assuntos são estimadas e ajustadas periodicamente pela administração, suportadas pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

As provisões para contingências passivas da Companhia não possuem expectativa de conclusão dos processos no curto prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

a. Provisões

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, possui em 30 de junho de 2025 provisão no montante de R\$12.752, considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis em curso.

b. Movimentações

	<u>30/06/2025</u>		
	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	10.610	14	10.624
Constituição	9.421	40	9.461
Atualização monetária	21	1	22
(Baixa/reversão)	(7.338)	(17)	(7.355)
Saldo final	<u>12.714</u>	<u>38</u>	<u>12.752</u>

c. Contingências possíveis

Existem processos cíveis e trabalhistas classificados como risco de perda possível pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$121 em 30 de junho de 2025.

d. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. O montante total de depósitos judiciais é de R\$2.218 em 30 de junho de 2025.

18. Outros passivos

	<u>30/06/2025</u>
Obrigações trabalhistas	296.714
Valores pendentes de liquidação (i) - Partes relacionadas (Nota 19)	203.245
Valores a pagar - Partes relacionadas (Nota 19)	260.105
Valores a pagar - Fornecedores diversos	91.500
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	89.051
Diversos	43.870
Total	<u>984.485</u>
Circulante	984.485
Não circulante	-

(i) Refere-se a valores a liquidar entre a Companhia e sua Controladora, decorrentes de empréstimos concedidos e de depósitos a prazo emitidos originados por transações efetuadas pelos clientes do Grupo.

19. Partes relacionadas

Partes relacionadas são as entidades pertencentes ao Grupo ao qual a Companhia faz parte, os acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações mais relevantes da Companhia com partes relacionadas resumem-se em operação de aquisição de recebíveis de transações de pagamento; emissão de letras financeiras; empréstimos; operações compromissadas; compartilhamento de despesas e prestação de serviços e outros valores pendentes de liquidação entre a Companhia e sua Controladora Nu Pagamentos e outras empresas do Grupo. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, em função do crescimento das atividades da Companhia e alocação de recursos no Grupo, a Companhia absorveu um volume maior de despesas operacionais.

No curso normal dos negócios, a Companhia emite empréstimos e recebe depósitos de administradores, diretores e acionistas do Nu. Essas transações ocorrem em termos semelhantes, inclusive taxas de juros e limites, aos vigentes à época para transações comparáveis com pessoas não relacionadas e não envolvem mais do

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 30 de junho de 2025

que o risco normal de recebimento. Desta forma, as operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	30/06/2025		
	Controladora	Controladas e coligadas	Total
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades	29.203	-	29.203
Empréstimos			
Desconto em operações de venda ou transferência de ativos financeiros	(20.696)	-	(20.696)
Outros ativos financeiros			
Valores a receber - Credenciadora	9.029.383	-	9.029.383
Outros ativos			
Valores pendentes de liquidação	-	368.114	368.114
Valores a receber	-	24.429	24.429
Passivo			
Obrigações por operações compromissadas			
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	3.005.301	-	3.005.301
Dívidas subordinadas			
Letras financeiras subordinadas	5.872.097	-	5.872.097
Empréstimos e financiamentos			
Empréstimo no exterior	-	2.221.426	2.221.426
Outros passivos			
Valores pendentes de liquidação	203.245	-	203.245
Despesas compartilhadas	1.574	-	1.574
Serviços contratados	-	60.260	60.260
Resultado			
Receita de operações de crédito			
Operações de crédito adquiridas - Credenciadoras	550.846	-	550.846
Juros de empréstimo	-	1.094	1.094
Despesa de juros e similares			

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 30 de junho de 2025

Títulos emitidos - Letra financeira subordinada	(370.891)	-	(370.891)
Operações compromissadas	-	(58.433)	(58.433)
Outras despesas operacionais	(791)	-	(791)
Despesas de pessoal			
Despesas compartilhadas salários e ordenados	(681.862)	(405.722)	(1.087.584)
Despesas gerais e administrativas			
Serviços especializados/despesas compartilhadas	(454)	-	(454)
Serviços contratados	-	(680.992)	(680.992)

O saldo total de honorários da administração referente ao período findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 4.638.

20. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$5.303.748, e está representado por 5.146.488.052 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas pelos planos de ações da Companhia, os quais são compostos por (i) um Plano de Opção de Compra de Ações (SOPs), (ii) um plano de compensações baseado em Restricted Stock Units (RSUs), e (iii) de emissão de ações para seus colaboradores e administradores, visando engaja-los no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo. As outorgas desses benefícios ocorrem somente na Nu Holdings, sua controladora indireta.

Em 30 de junho de 2025, o saldo total da reserva de capital era de R\$195.098.

c. Reserva de lucro

Ao fim de cada exercício social o estatuto social da Companhia, com base no artigo 193 da Lei 6404/76, determina a destinação de 5% do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. O saldo não destinado para reserva legal e dividendos, poderá ser destinado para a reserva de investimentos, mediante proposta da Administração. Em 30 de junho de 2025 o saldo total da reserva legal é de R\$ 813.073 e da reserva de investimentos é de R\$2.106.474.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado, podendo considerar juros sobre capital próprio como parte do dividendo mínimo obrigatório, conforme disposto no estatuto social.

e. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes incluem os valores, líquidos do efeito tributário, de ajustes de ativos e passivos reconhecidos no patrimônio líquido por meio da demonstração de outros resultados abrangentes.

Esses valores permanecerão nesta rubrica até que sejam reconhecidos na demonstração de resultado nos períodos em que os itens objeto de hedge a afetarem.

	30/06/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	26.266
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos - reflexo de controlada	2.772
Saldo total	29.038

f. Plano de ações

Os empregados da Companhia participam do plano de ações do Grupo que são emitidas pela sua controladora indireta Nu Holdings Ltd. Os incentivos do Grupo aos empregados incluem prêmios liquidados em ações, oferecendo a eles a oportunidade de comprar ações ordinárias através do exercício de opções (Plano de Opção de Ações - "SOPs"), opção existente até ano de 2020 - uma vez exercíveis, as opções poderão ser exercidas até 10 anos após a data de outorga. Desde 2020 os incentivos aos empregados passaram a ser unicamente concedidos através do recebimento de ações ordinárias (Unidades Restritas de Ações - "RSUs") após passagem do período de aquisição do direito (vesting).

O custo dos serviços dos empregados recebidos em relação aos planos de ações concedidos é reconhecido na demonstração do resultado ao longo do período em que os funcionários prestam serviços e de acordo com as condições de aquisição do direito. O incentivo de RSU foi implementado em 2020 e é o principal incentivo desde então.

RSUs são emitidos como parte do processo de retenção de talentos e como um bônus de assinatura. Ao longo do tempo, SOPs e RSUs foram emitidos com diferentes períodos de aquisição. Não houve modificações nos termos e condições dos SOPs, RSUs e das outras transações após a data de outorga.

O custo total das concessões é calculado usando o número de SOPs e RSUs que se espera adquirir e seus valores justos na data da concessão. O número de SOPs e RSUs esperados considera a probabilidade de que as condições de serviço incluídas nos termos dos prêmios sejam atendidas e é baseado no confisco histórico. O não cumprimento da condição de aquisição de direitos é tratado como caducidade, resultando na cessação do reconhecimento da despesa.

Os termos e condições dos planos RSUs exigem que o Grupo retenha ações da liquidação para seus funcionários com o fim de liquidar a obrigação fiscal do funcionário. Dessa forma, o Grupo liquida a transação pelo valor líquido, retendo o número de ações com valor justo igual ao valor monetário da obrigação fiscal do funcionário e emite as ações remanescentes ao funcionário na data de aquisição. A obrigação fiscal do funcionário associada às RSUs é calculada substancialmente com base na taxa de imposto pessoal esperada de cada funcionário e no valor justo das ações na data de aquisição. O Grupo reconhece as despesas relacionadas com os impostos corporativos e encargos sociais sobre RSUs na linha de despesas de pessoal, que compõem as rubricas "Outras receitas e despesas operacionais" nas demonstrações do resultado.

Após a data do IPO, o valor justo das RSUs concedidas é determinado com base no preço negociado publicamente.

Os valores relativos aos planos de ações são estabelecidos substancialmente em dólares americanos, a moeda funcional da Nu Holdings, e foram convertidas para reais nas tabelas a seguir utilizando a taxa de conversão das respectivas datas para fins de apresentação.

As alterações no número de SOPs e RSUs são demonstradas a seguir. PMPEO é o preço de exercício médio ponderado e VJMPDO é o valor justo médio ponderado na data de outorga.

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 30 de junho de 2025

f) Plano de ações

	30/06/2025	
	Quantidade	PMPEO
SOPs		
Remanescentes no início do período	293.407	3,5
Transferidos de/para outras entidades durante o período	517.430	2,4
Exercidos durante o período	(30.675)	14,4
Remanescentes ao fim do período	780.162	2,7
Exercíveis ao fim do período	780.162	2,7

	30/06/2025	
	Quantidade	VJMPDO
RSUs		
Remanescentes no início do período	1.727.957	49,97
Transferidos de/para outras entidades durante o período	6.136.702	43,98
Outorgados durante o período	3.790.863	59,15
Direitos adquiridos durante o período	(2.484.899)	41,15
Desistências e cancelamentos durante o período	(660.268)	54,73
Remanescentes no fim do período	8.510.355	50,75

Os efeitos nas demonstrações contábeis de SOPs, RSUs e outras transações com pagamento baseado em ações são os seguintes:

	30/06/2025
Efeito líquido no resultado (Nota 24)	(307.164)
Efeito líquido nas reservas de capital - próprios	44.806
Efeito líquido nas reservas de capital - reflexo de controlada	5.113
Efeito líquido nas reservas de capital - Total	49.919

21. Receitas de intermediação financeira

	30/06/2025
Receita de operações de crédito	24.467.482
Cartão de crédito	11.782.762
Empréstimo pessoal	12.132.780
Operações de crédito adquiridas - Credenciadoras	550.846
Empréstimo com partes relacionadas (Nota 19)	1.094
Resultado de títulos e valores mobiliários	2.969.947
Receitas de juros e ajustes ao valor de mercado	2.872.395
Cotas de fundos de investimento	96.467
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.085
Resultado de depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	2.782.935
Total	30.220.364

22. Despesas de intermediação financeira

	30/06/2025
Despesa de juros e similares	(8.940.645)
Juros com depósitos remunerados	(7.203.946)
Descontos concedidos (i)	(854.382)
Títulos emitidos	(541.051)
Títulos emitidos - Letra financeira subordinada - Parte relacionada (Nota 19)	(370.891)
Operações compromissadas	(254.064)
Empréstimos tomados	(154.711)
Operações compromissadas - Parte Relacionada (Nota 19)	(58.433)
Variação cambial empréstimos no exterior	496.833
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(533.951)
Futuro dólar	(633.029)
Futuro DI	(29.680)
Futuro DAP	77
Swaps	6.148
NDF	122.473
Outros	60
Total	(9.474.596)

(i) Refere-se, majoritariamente, a descontos concedidos em renegociações de operações de cartão de crédito.

23. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2025
Resultado	
Aumento líquido da provisão para perdas - Recebíveis de cartão de crédito	(5.554.093)
Reversão de provisão para perdas esperadas em operações de crédito adquiridas	1.200.855
Recuperações	460.248
Despesas com provisão para perdas de crédito - Recebíveis de cartão de crédito	(3.892.990)
Aumento líquido da provisão para perdas - Empréstimos a clientes	(4.743.164)
Recuperações	181.035
Despesas com provisão para perdas de crédito - Empréstimos a clientes	(4.562.129)
Despesas com provisão para perdas de crédito - Outros	(4.482)
Total	(8.459.601)

24. Despesas de pessoal

	30/06/2025
Proventos	(306.174)
Encargos sociais	(123.130)
Plano de ações	(307.164)
Participações dos empregados no lucro	(45.879)
Outras despesas de pessoal	(72.128)
Total	(854.475)

25. Despesas tributárias

	30/06/2025
PIS e COFINS	(1.061.931)
Outras despesas tributárias	(7.411)
Total	(1.069.342)

26. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2025
Serviços especializados	(785.726)
Despesas de infraestrutura e processamento de dados	(257.603)
Marketing	(213.154)
Tecnologia	(96.288)
Despesa de escritório	(21.326)
Depreciação e amortização	(16.024)
Outras despesas administrativas	(125.049)
Total	(1.515.170)

27. Outras receitas operacionais

	30/06/2025
Atualização monetária	316.975
Outras receitas operacionais	839
Total	317.814

28. Outras despesas operacionais

	30/06/2025
Despesa com análise de crédito e cobrança	(322.884)
Serviços do sistema financeiro	(114.334)
Perdas com riscos operacionais	(80.259)
Amortização de ágio	(37.848)
Variação cambial	(5.082)
Outras despesas operacionais	(35.489)
Total	(595.896)

29. Tributos

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	8.625.126
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	(3.450.050)
Adições/exclusões permanentes	217.925
Doações	65.272
Efeito de participação em controladas	23.263
Outros	23.042
Imposto de renda e contribuição social	(3.120.548)
 Imposto de renda e contribuição social devidos	 (2.436.411)
Tributos diferidos	(684.137)
Imposto de renda e contribuição social	(3.120.548)
 Tributos diferidos reconhecidos em Outros resultados abrangentes	 (6.985)

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo e passivo fiscais diferidos, demonstrados no quadro abaixo, foram constituídos sobre diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 30 de junho de 2025

	Saldo em 01/01/2025	Outros	Movimentação		Saldo em 30/06/2025
			Resultado abrangente	Resultado	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.072.963	-	-	(723.971)	7.348.992
Outras provisões passivas	63.736	2.326	-	53.355	119.417
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	380.600	-	-	30.340	410.940
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	265	-	-	606	871
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	8.517.564	2.326	-	(639.670)	7.880.220
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	8.517.564	2.326	-	(639.670)	7.880.220
Ajustes de operações realizadas em mercado de liquidação futura	(356.912)	-	-	(44.467)	(401.379)
Marcação a mercado - Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros	(10.533)	-	(6.985)	-	(17.518)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(367.445)	-	(6.985)	(44.467)	(418.897)
Divulgação dos impostos diferidos	8.150.119		(6.985)	(684.137)	7.461.323
Total de movimentação		2.326	(6.985)	(684.137)	

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2025 é de R\$5.955.599.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2025	1.317.534	790.521	2.108.055
2026	2.489.896	1.493.938	3.983.834
2027	110.631	66.378	177.009
2028	109.725	65.835	175.560
2029	117.493	70.496	187.989
Acima de 2029	518.048	310.829	828.877
Total	4.663.327	2.797.997	7.461.324

30. Valor justo dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir mostra um resumo do valor justo, em 30 de junho de 2025, dos ativos e passivos financeiros indicados abaixo, classificados com base nos vários métodos de mensuração utilizados pela Companhia para determinar seu valor justo.

NU FINANCEIRA S.A. - SCFI

Demonstrações contábeis individuais em 30 de junho de 2025

	30/06/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Disponibilidades	1.003	-	-	1.003
Investimentos de curto prazo	1.003	-	-	1.003
Cotas de fundos de investimento	1.003	-	-	1.003
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	502.138	184.273	-	686.411
Títulos e valores mobiliários	-	183.668	-	183.668
Cotas de fundos de investimento	-	183.668	-	183.668
Instrumentos financeiros derivativos	502.138	605	-	502.743
Contratos de futuros	88	-	-	88
Contratos a termo	502.050	-	-	502.050
Swap	-	605	-	605
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangente	44.902.069	202.437	1.256.349	46.360.855
Títulos e valores mobiliários	44.902.069	202.437	1.256.349	46.360.855
Títulos públicos - Brasil	43.218.485	-	-	43.218.485
Letras Financeiras do Tesouro	43.218.485	-	-	43.218.485
Cotas de fundos de investimento	-	-	1.256.349	1.256.349
Cotas de fundos de investimento	-	-	1.256.349	1.256.349
Títulos privados	1.683.584	202.437	-	1.886.021
Debêntures	1.683.584	-	-	1.683.584
Certificado de recebíveis imobiliários	-	48.378	-	48.378
Notas comerciais	-	154.059	-	154.059
Total ativo	45.405.210	386.710	1.256.349	47.048.269
Passivo				
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	559.752	-	-	559.752
Instrumentos financeiros derivativos	559.752	-	-	559.752
Contratos de futuros	57.702	-	-	57.702
Contratos a termo	502.050	-	-	502.050
Total passivo	559.752	-	-	559.752

A tabela abaixo mostra uma reconciliação dos saldos de abertura e fechamento para os instrumentos financeiros mensurados como Nível 3 da hierarquia de valor justo:

	30/06/2025
	Fundos de investimento
Saldo no início do período	648.587
Aquisições	496.886
Total de ganhos e perdas	110.876
Resultado do período	66.868
Outros resultados abrangentes	44.008
Saldo no fim do período	1.256.349

Títulos e valores mobiliários: Os títulos com alta liquidez e preços cotados em mercado ativo são classificados como Nível 1. Nesse nível, foram classificados todos os títulos do Governo Brasileiro, que são negociados em mercado ativo. Os valores justos são os preços cotados no mercado secundário, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Anbima"). Os outros títulos privados e as cotas de fundos de investimento, para os quais os valores justos são calculados com base em dados observáveis, como taxas de juros e curvas de taxa de juros, são classificados como nível 2. Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), um tipo de fundo de investimento composto por recebíveis de taxa fixa de clientes de varejo, são classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo, com valor justo calculado usando o modelo de fluxo de caixa descontado, com base nos ativos subjacentes do fundo.

Derivativos: Os derivativos negociados em bolsa de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia. Os derivativos negociados na bolsa de valores brasileira ("B3") são avaliados pelo valor justo com base nas cotações da B3. Os swaps de taxa de juros de balcão são avaliados descontando os fluxos de caixa futuros esperados para os valores presentes usando curvas de taxas de juros e são classificados como Nível 2.

Transferências entre níveis da hierarquia do valor justo

Não houve transferências entre níveis de hierarquia do valor justo, ao longo do período findo em 30 de junho de 2025.

31. Gerenciamento de riscos

a) Visão geral

O Grupo prioriza os riscos que podem ter um impacto relevante nos seus objetivos estratégicos, incluindo aqueles que devem ser aderentes aos requerimentos regulatórios aplicáveis. Para gerenciá-los e mitigá-los de forma eficiente, a estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação para priorizar os riscos que são fundamentais para a busca de potenciais oportunidades e/ou que podem impedir a criação de valor ou que podem comprometer o valor existente, com

a possibilidade de ter impactos em resultados, capital, liquidez, relacionamento com clientes e reputação.

Os riscos que estão ativamente monitorados incluem:

1. Risco de Crédito;
2. Risco de Liquidez;
3. Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB);
4. Risco Operacional / Riscos de Tecnologia da Informação (TI);
5. Risco Regulatório
6. Risco de Conformidade (Compliance); e
7. Risco Reputacional.

b) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Grupo considera a Gestão de Riscos um importante pilar da gestão estratégica da organização. A estrutura de gerenciamento de riscos permeia de forma ampla toda a Instituição, permitindo que os riscos sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, visando suportar o desenvolvimento de suas atividades. A Gestão de Riscos está relacionada aos princípios, cultura, estruturas e processos para aprimorar o processo decisório e o alcance dos objetivos estratégicos. É um processo contínuo e em desenvolvimento que percorre toda a estratégia do Nu e sua implementação, para apoiar a Administração a minimizar suas perdas, bem como maximizar seus lucros e proteger os valores da companhia.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nu considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos está alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O Grupo considera que uma declaração de apetite a riscos ("RAS") é um instrumento essencial para apoiar o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. Portanto, seu desenvolvimento está alinhado ao plano de negócios, desenvolvimento da estratégia e capital. O Nu definiu uma RAS que prioriza os principais riscos e, para cada um desses, foram implementadas declarações qualitativas e métricas quantitativas expressas em relação a ganhos, capital, medidas de risco, liquidez e outras relevantes, conforme apropriado.

O Grupo opera no modelo de três linhas, o qual auxilia a identificar estruturas e processos que melhor suportam a realização dos objetivos e facilitam a ter uma estrutura robusta de governança e gestão de risco.

- **Primeira Linha:** funções/ áreas de negócio e de suporte ou atividades que geram exposição a um risco, cujos gestores são responsáveis por sua gestão de acordo com políticas, limites e demais condições definidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. A primeira linha deve dispor dos meios para identificar, medir, tratar e reportar os riscos.
- **Segunda Linha:** constituída pelas áreas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance. Zela pelo controle efetivo dos riscos e assegura que eles sejam geridos de acordo com o nível de apetite definido. Responsável pela proposição de políticas de gestão de riscos, desenvolvimento de modelos e metodologias de riscos e supervisão da primeira linha.
- **Terceira Linha:** composta pela Auditoria Interna, é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se políticas, métodos e procedimentos são adequados, além de verificar a sua efetiva implementação.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de risco do Nu é a estrutura de comitês e fóruns técnicos. Esses órgãos de governança foram projetados e implementados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle da Organização.

Órgãos de governança relacionados ao gerenciamento de riscos:

O Grupo estabeleceu uma estrutura de governança com base nos requisitos regulamentares relevantes e composta pelos seguintes elementos:

- **Comitê de Riscos:** tem como objetivo assessorar a Diretoria Executiva no desempenho de suas funções de gerenciamento e controle de riscos, monitorando o nível de exposição a riscos de acordo com a RAS. Também visa adotar estratégias, políticas e medidas destinadas a disseminar a cultura de controles internos e mitigação de riscos.
- **Comitê de Crédito:** tem como objetivo revisar e supervisionar as estratégias de crédito, bem como revisar seus impactos nos resultados da Organização, no ambiente macroeconômico e nas informações de risco, no mercado de crédito e nos concorrentes.
- **Comitê de Auditoria:** suas principais atribuições são avaliar o desempenho e o andamento dos trabalhos da Auditoria Interna, da auditoria independente, bem como dos respectivos relatórios relacionados aos sistemas de controle interno, para seguir as recomendações feitas pelos auditores internos e independentes à Administração, bem como avaliar e opinar sobre as demonstrações contábeis.
- **Fóruns técnicos:** reuniões regulares para discutir e propor recomendações ao Comitê de Riscos. Os tópicos listados abaixo são

discutidos em fóruns técnicos com a participação de executivos de áreas associadas: contabilidade e impostos, risco operacional, riscos de tecnologia da informação ("TI"), proteção de dados e controles internos, gerenciamento de ativos e passivos ("ALM") / capital, *Compliance*, prevenção à fraudes, combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo ("AML/FT"), revisão de produtos, provisões de crédito e testes de estresse.

c) Riscos monitorados ativamente

Os riscos que monitoramos ativamente incluem crédito, mercado e IRRBB (risco de taxa de juros na carteira bancária), liquidez, operacional, tecnologia da informação, regulatório, conformidade, reputacional e capital. O gerenciamento desses riscos é realizado de acordo com o modelo de três linhas, considerando políticas e procedimentos em vigor, bem como os limites estabelecidos na RAS.

Cada um dos riscos descritos a seguir possui metodologias, sistemas e processos próprios para sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação.

Nos casos dos riscos financeiros, como risco de crédito, de liquidez, IRRBB e de mercado, a mensuração é realizada com base em modelos quantitativos e, em determinados casos, cenários prospectivos em relação às principais variáveis envolvidas, respeitando-se os requisitos regulatórios aplicáveis e as melhores práticas de mercado. Riscos não financeiros, como risco operacional e riscos tecnológicos, são mensurados mediante critérios de impacto (risco inerente), considerando potenciais perdas financeiras, danos à reputação, percepção dos clientes e obrigações legais / regulatórias, assim como são avaliados em relação à efetividade da respectiva estrutura de controles internos.

Com base nos resultados das atividades de mensuração e avaliação dos riscos, é verificada a aderência da exposição residual em relação ao apetite a riscos do Nu. Ações necessárias para mitigação dos riscos são apresentadas e discutidas na estrutura de governança de Fóruns Técnicos e no Comitê de Riscos, os quais também são os órgãos responsáveis pela aprovação e acompanhamento da implementação de planos de ação.

● Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras, verificando continuamente a aderência às políticas e

estrutura de limites aprovadas. Há também uma avaliação dos possíveis impactos decorrentes de mudanças no ambiente econômico, a fim de garantir que a carteira de crédito seja resiliente a crises econômicas.

O gerenciamento de risco de crédito é realizado pela área de Risco de Crédito com papel centralizado e independente das unidades de negócio, sendo responsável por:

- Estabelecer governança, políticas e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos de crédito em conformidade com os níveis fixados na RAS;
- Monitorar e notificar diretoria sobre os níveis de risco (conformidade com apetite) do portfólio de crédito, incluindo recomendações de aprimoramento, quando aplicáveis;
- Identificação e avaliação dos riscos inerentes e respectivos mitigadores no lançamento de novos produtos e mudanças significativas em processos existentes;
- Estimação da perda esperada de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação;
- **Risco de Liquidez**

Risco de Liquidez é definido como:

- A capacidade de uma entidade de financiar aumentos nos ativos e cumprir obrigações à medida que vencem, sem incorrer em perdas inaceitáveis; e
- A possibilidade de não conseguirmos negociar a preço de mercado uma posição, devido ao tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez utiliza os dados de fluxos de caixa futuros, aplicando sobre estes fluxos de caixa um cenário de estresse severo, de forma a garantir que o volume de ativos líquidos de alta qualidade que possuímos é suficiente para garantir nossa resiliência mesmo em situações bastante adversas. Os indicadores de liquidez são monitorados diariamente, usando procedimentos aprovados pela Administração, e comparados com a estrutura de limites aprovada, de acordo com o apetite declarado do Grupo.

Possuímos um Plano de Contingência de Liquidez para as entidades no Brasil que descreve as possíveis ações a serem tomadas para recomposição da liquidez no caso de deterioração dos indicadores.

• **Risco de Mercado e Risco de Taxas de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)**

Risco de mercado é definido como o risco de perdas decorrentes de oscilações em fatores de risco de mercado, como risco de taxa de juros, ações, taxas de câmbio e preços de *commodities*. IRRBB refere-se ao risco atual ou prospectivo para o capital e os resultados da Companhia, decorrentes de oscilações adversas nas taxas de juros que afetam as posições da carteira bancária.

Existe uma estrutura de gerenciamento e controle de risco de mercado e IRRBB, independente das unidades de negócio, que é responsável pelos processos e ferramentas de medição, monitorização, controle e reporte do risco de mercado e IRRBB, verificando continuamente a aderência às políticas e limites aprovados.

A gestão do risco de mercado e do IRRBB é baseada em métricas que são reportadas ao Fórum Técnico ALM e ao Comitê de Riscos. A Administração está autorizada a usar instrumentos financeiros, conforme descrito nas políticas internas da Companhia para proteção de risco de mercado e exposições ao IRRBB.

A gestão do risco de mercado e do IRRBB é baseada nas seguintes métricas:

- Sensibilidade da Taxa de Juros (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a aumento de um ponto-base nas taxas de juros anuais vigentes ou na taxa indexada; ;
- Value at Risk (VaR): perda máxima do valor de mercado para um período de detenção dado um nível de confiança; e
- Exposições cambiais: considerando todas as posições financeiras que trazem risco cambial e despesas operacionais em outras moedas.

O BACEN exige uma avaliação da suficiência de capital para o risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) com base nas métricas Delta EVE e Delta NII. O Grupo calcula essas métricas no Brasil de acordo com o padrão regulatório para gerenciamento dessa exigência de capital. Delta EVE é a variação do valor econômico do capital da Companhia nos cenários prescritos pelo BACEN. Delta NII é a variação do resultado de intermediação financeira da Companhia nos mesmos cenários padrão prescritos.

A análise a seguir apresenta a sensibilidade da Companhia ao valor justo a um aumento de 1 ponto base ("bp") (DV01) na curva livre de risco brasileira, curva de cupom de IPCA brasileira e curva de livre de risco mexicana, assumindo uma mudança paralela e uma posição financeira constante:

Curva DV01	Curva livre de riscos brasileira	Curva livre de riscos dos EUA
Nu Financeira	(4)	(34)
Total	(4)	(34)

- **Risco Cambial**

Em 30 de junho de 2025, a Companhia não possuía instrumentos financeiros significativos sem *hedge* em moeda diferente de Real brasileiro.

A moeda funcional das empresas sediadas no Brasil é o Real brasileiro. Certos custos operacionais em dólares americanos e euros, ou empréstimos entre empresas em dólares americanos, são protegidos com contratos futuros, negociados na bolsa B3, com base nas projeções desses custos, ou quando há uma nova exposição. As transações de *hedge* são ajustadas quando as projeções internas de custos mudam e quando os derivativos cambiais expiram. Como resultado, a demonstração financeira não apresenta exposições significativas às taxas de câmbio após a entrada em vigor das transações de *hedge*.

- **Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Neste contexto, também deve ser considerado o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

A estrutura de controle e gerenciamento do risco operacional e controles internos é independente das unidades de negócios e suporte, sendo responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais, bem como pela avaliação do desenho e da eficácia de controles internos, cobrindo riscos como interrupção de sistemas e serviços e fraude externa. Essa estrutura também é responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de riscos em lançamentos de novos produtos e mudanças significativas nos processos existentes.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, são apresentados mecanismos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios e de suporte (primeira linha), além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores. Os principais resultados das avaliações de risco são apresentados em Fórum Técnico e no Comitê de Riscos, quando aplicável. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

- **Risco de Tecnologia da Informação ("TI")**

Risco de TI é definido como os efeitos indesejáveis decorrentes de uma série de ameaças possíveis à infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo segurança cibernética (ocorrência de incidentes de segurança da informação), gerenciamento de incidentes (processo ineficaz de gerenciamento de incidentes / problemas, impacto sobre níveis de serviço, custos e insatisfação do cliente),

gerenciamento de identidade e acesso (acesso não autorizado a informações confidenciais), gerenciamento de dados (ausência de conformidade com as leis de privacidade de dados ou falhas na governança de gerenciamento de dados ou problemas de vazamento de dados), entre outros.

Como o Nu opera em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias para nos defendermos dessas ameaças. Os riscos de Tecnologia da Informação, incluindo o risco cibernético, é uma área prioritária para a Organização e por isso temos uma estrutura de Riscos de TI dedicada, que faz parte da segunda linha. Essa equipe é independente das áreas relacionadas a TI, incluindo Engenharia, Operações de TI e Segurança da Informação.

A área de Riscos de TI é responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar os riscos de Tecnologia da Informação em relação aos níveis de apetite de risco aprovados pela Diretoria Executiva. Avaliamos continuamente nossa exposição ao risco de ameaças e seus impactos potenciais em nossos negócios e clientes. Continuamos aprimorando nossos recursos e controles de TI e segurança cibernética, considerando também que as pessoas são um componente essencial de nossa estratégia de segurança, garantindo que nossos funcionários e colaboradores terceirizados estejam cientes das medidas de prevenção e também saibam relatar incidentes.

Os resultados das avaliações de riscos e controles de TI são discutidos regularmente em Fórum Técnico e apresentados ao Comitê de Riscos quando aplicável. As recomendações de melhoria aplicáveis resultam em planos de ação com prazos e responsabilidades planejados.

- **Risco Regulatório**

Em um ambiente complexo e altamente regulamentado, iniciativas legislativas e regulatórias podem resultar em mudanças significativas na estrutura regulatória do Nu e, consequentemente, em suas atividades de negócios.

Para lidar com esses riscos, o Nu possui equipes dedicadas a monitorar essas mudanças e engajar-se para explicar seus possíveis impactos à empresa e ao setor financeiro em geral.

Iniciativas legislativas e regulatórias que possam apresentar impacto relevante para a empresa são levadas ao conhecimento do Comitê de Riscos e da equipe de gestão, permitindo que a empresa, quando necessário, ajuste sua estratégia e decida o melhor curso de ação para lidar com tais mudanças.

- **Risco de Conformidade (Compliance)**

Como o Nu opera em um ambiente altamente regulamentado, um robusto programa de *Compliance* foi estabelecido dentro da segunda linha. A equipe de Compliance possui recursos dedicados ao Programa de Ética, Compliance Regulatório e também

ao Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.

O Programa de Ética estabelece padrões mínimos de conduta para a organização, incluindo Código de Conduta, Políticas de Compliance, Treinamento e campanha de conscientização, além de canal independente de denúncias. Alguns exemplos incluem os riscos de "*AB&C - Anti-Bribery and Corruption*", conflitos de interesse, partes relacionadas, informações privilegiadas, bem como quaisquer violações do nosso Código de Conduta.

A equipe de Compliance Regulatório está focada em supervisionar a adesão regulatória da organização. As principais atividades envolvem o acompanhamento regulatório e o gerenciamento da aderência regulatória, avaliação de novos produtos e funcionalidades, assessoria, testes de conformidade e centralização do relacionamento com reguladores com relação às solicitações de informações e supervisões. Por não estar em conformidade com as leis e regulamentos, a empresa pode estar exposta a sanções, perda de licenças, bem como potenciais implicações criminais na gestão.

O Programa de PLD/CFT do Nu possui escopo global e sua diretrizes para prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo é a base para o planejamento estratégico da área. O risco de PLD/CFT considera a empresa estar exposta a sanções por não implementar controles para evitar práticas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo.

O Programa é estruturado em três níveis - estratégico, tático, operacional e é composto por 7 pilares (nível estratégico): Avaliação de Riscos; Políticas e Procedimentos; Comunicação e Treinamento; Conheça Seu Cliente (KYC); Due Diligence (KYE, KYS, KYP e KYB); MSAC - Monitoramento, Seleção, Análise e Comunicação (SAR); e Programa de Avaliação de Efetividade.

- **Risco Reputacional**

O Nu entende que a materialização de outros riscos podem impactar negativamente a sua reputação, uma vez que estão intrinsecamente ligados. Eventos indesejáveis em diferentes dimensões de risco, como continuidade de negócios, segurança cibernética, ética e integridade, menções negativas em mídias sociais, entre outros, podem trazer danos à reputação do Nu.

Portanto, o Grupo possui equipes e processos dedicados à supervisão da comunicação externa e à gestão de crises, que são elementos-chave para identificar e mitigar eventos de reputação, bem como para obter uma visão de longo prazo para melhor prevenir ou responder a eventos futuros.

Testes de Estresse

O programa de testes de estresse considera choques nos principais produtos do Nu, tais como cartões de crédito, empréstimos pessoais e instrumentos de captação, além dos seus respectivos subprodutos. São considerados cenários em que o estresse é aplicado isoladamente, em diferentes níveis de intensidade e probabilidade, e também cenários em que ações gerenciais são consideradas para aumentar a resiliência da empresa e preservar seus indicadores de capital e liquidez.

Os cenários propostos são apresentados ao Fórum Técnico de Teste de Estresse. São discutidos os cenários a serem abordados, duração e severidade e plausibilidade de cada choque, assim como as formas pelas quais serão modelados e o nível de detalhamento necessário. Após o trabalho de modelagem e execução dos testes, os resultados são submetidos aos comitês e fóruns técnicos apropriados, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Nu. São discutidas e aprovadas as ações propostas que visam garantir a resiliência da Organização. O Programa de Testes de Estresse é atualizado anualmente e define quais testes o time deverá realizar nos próximos 12 meses.

Em linha com os princípios da Resolução, BCB 265, de 25 de novembro de 2022, a descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis para acesso público no site do Nubank.

32. Gestão de capital

Em Julho de 2023 entraram em vigor novas regras do BACEN estabelecendo a classificação de conglomerados que são liderados por instituições de pagamento, e a Nu Financeira passou a ser integrante do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos, classificado como Tipo 3.

Informações relacionadas aos índices de Capital podem ser encontradas nas demonstrações contábeis da Nu Pagamentos, controladora direta da Companhia e líder do conglomerado prudencial.

33. Resultados não recorrentes

A Companhia estabelece critérios para determinação do resultado não recorrente, os quais levam em consideração a avaliação e identificação de resultados que não estejam relacionados às atividades operacionais típicas da Companhia, e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Não houve resultados a serem classificados como não recorrentes, durante o período deste demonstrativo financeiro.